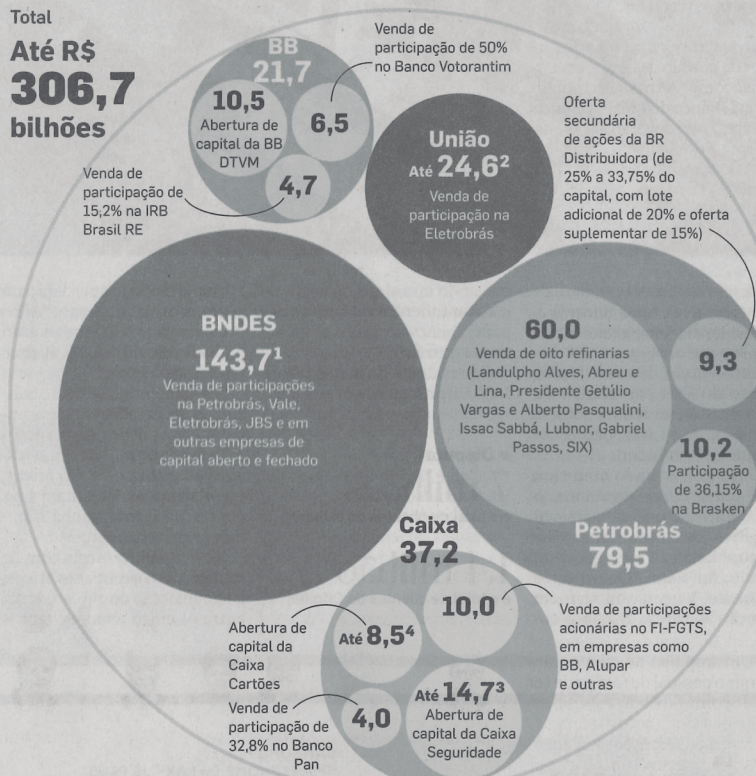


JÓIAS DA COROA

Quais são as 12 operações de privatização, desmobilização e abertura de capital (IPO) com maior potencial de arrecadação e as 12 concessões de serviços públicos que deverão gerar o maior volume de investimentos nos próximos anos

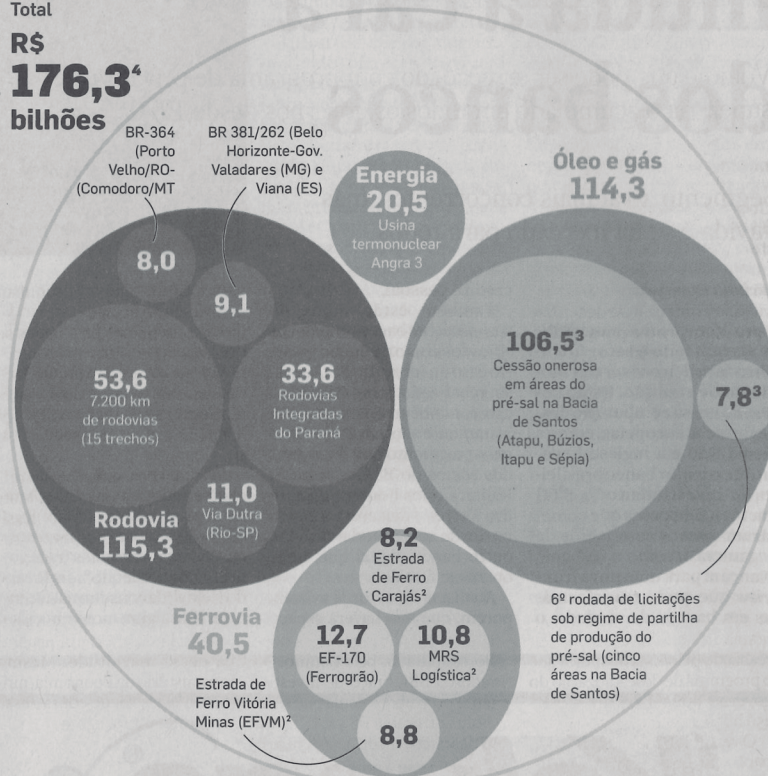
Privatizações, desinvestimentos e abertura de capital

EM BILHÕES DE REAIS - OPERAÇÕES POR EMPRESA MÃE/CONTROLADOR



Concessões

VALOR DE INVESTIMENTO PREVISTO (EM REAIS BILHÕES)¹



¹ INCLUI PARTICIPAÇÕES EM 37 EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO AVALIADAS EM R\$ 139,7 BILHÕES, CONFORME VALOR DE MERCADO EM 3/7/2019. E EM 60 EMPRESAS DE CAPITAL FECHADO, COM VALOR TOTAL DE R\$ 4 BILHÕES ESTIMADO PELO BNDES. EXCLUI APLICAÇÕES EM FUNDOS DE INVESTIMENTO E EM DEBÊNTURES, DE R\$ 9,6 BILHÕES. ² COM VENDA DE 51% DO CAPITAL E VALOR DE MERCADO DA EMPRESA DE R\$ 48,2 BILHÕES. ³ COM VENDA DE 49% DE PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL E VALOR DE MERCADO DA EMPRESA DE R\$ 30 BILHÕES. ⁴ COM VENDA DA PARTICIPAÇÃO DE 49% NO CAPITAL E VALOR DE MERCADO DA EMPRESA DE R\$ 17 BILHÕES

¹ TOTAL DE INVESTIMENTOS PREVISTOS DURANTE O PERÍODO DE CONCESSÃO. ² RENOVACÃO DA CONCESSÃO ATUAL. ³ DADO REFERENTE AO VALOR MÍNIMO DE OUTORGA. VALOR DE INVESTIMENTO NÃO DEFINIDO. ⁴ EXCLUI VALORES MÍNIMOS DE OUTORGA DA CESSÃO ONEROSA EM ÁREAS DO PRÉ-SAL E DA 6ª RODADA DE LICITAÇÕES DO PRÉ-SAL

FONTE: SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO E DESINVESTIMENTO; MINISTÉRIO DA ECONOMIA; BNDES; CAIXA; BANCO DO BRASIL; PETROBRÁS; BR; MINISTÉRIOS DA INFRAESTRUTURA E DE MINAS E ENERGIA E SECRETARIA ESPECIAL DO PPI

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

rias outras questões atualmente. Uma sondagem feita no início do ano pela Paraná Pesquisas mostra que 53,3% dos entrevistados apoiam a venda da totalidade ou de uma parte das estatais, enquanto 41,5% se disseram contrários à privatização.

Já uma pesquisa feita pelo Datafolha na mesma época apurou que 60% rejeitam a desestatização, ao passo que 34% afirmaram que o governo deveria vender o maior número possível de empresas públicas. Entre os que disseram ser apoiadores do PSL, o partido do presidente Jair Bolsonaro, 65% se declararam a favor da privatização.

No Congresso, as trincheiras dos estatistas estão bem montadas, reforçadas por parlamentares de todos os partidos. Pelo Legislativo, só deverão passar as propostas de privatização das empresas controladas dire-

tamente pela União, conforme decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF).

Se isso libera a venda das subsidiárias pelas empresas-mãe, amarra a privatização de empresas como a Eletrobrás, que já entrou no rol de privatizáveis do Programa de Parceria de Investimentos (PPI), uma espécie de hub do governo para informações sobre privatizações e concessões. Os Correios, cuja operação recebeu o aval público de Bolsonaro antes de ele demitir o general da reserva Juarez Cunha, ex-presidente da empresa, declaradamente contra a desestatização, também terão de passar pelo mesmo processo. A discussão deve pegar fogo no segundo semestre.

Resistência. Mas é provavelmente dentro do próprio governo que Guedes e Mattar enfrentam hoje a mais dura batalha pa-

ra fazer deslanchar as privatizações propriamente ditas e extinguir as empresas consideradas dispensáveis. Os estatistas estão por todos os lados na Esplanada dos Ministérios. Mattar chegou até a se dizer “frustrado” pela lentidão do processo. “Eu não tenho controle absoluto das desestatizações”, afirmou.

Até o ministro Tarcísio Gomes

● Mercado
“O nível de interesse dos investidores por esses dois setores (gás natural e saneamento) é enorme. O potencial de investimento no mercado de saneamento no País (...) não tem igual no mundo hoje.”

Bruno Fontana
DIRETOR DO BANCO DE INVESTIMENTO DO CREDIT SUISSE NO BRASIL

de Freitas, da Infraestrutura, um técnico que tem estruturado com eficiência as concessões na área, abraçou a Empresa de Planejamento e Logística (EPL), aquela do trem-bala, que está até respondendo vagas e contratando pessoal, e a Valec, de construção e gestão ferroviárias. Ambas estavam na lista de extermínio do Ministério da Economia. A Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que também estava jurada de morte, ganhou sobrevida na gestão do ex-ministro Carlos Alberto dos Santos Cruz, da Secretaria de Governo, e ao que parece também teria deixado a UTI.

Outro que “sentou em cima” de suas estatais foi o ministro Marcos Pontes, da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Ele se recusa a privatizar ou fechar qualquer uma das empresas ligadas ao seu ministério – os Correios, a Financiadora de Estudos

e Projetos (Finep), a Telebrás e o Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec). As divergências entre Mattar e Pontes chegaram ao limite e hoje, segundo uma fonte do Ministério da Economia, eles nem se falam. De quebra, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, ainda resiste à privatização da Cia. Nacional de Abastecimento (Conab).

Para não deixar o programa de privatização parar de vez, por falta de empresa para privatizar, a saída encontrada por Guedes foi acelerar as operações de vendas de subsidiárias e de participações dos bancos ligados à sua Pasta – a Caixa, o Banco do Brasil e o BNDES – e também contar com o apoio de seu amigo Roberto Castello Branco, presidente da Petrobrás, para turbinar o processo no seu quintal.

Com o desafio de colocar a privatização em movimento no se-

gundo semestre, mas dependendo de outros ministros para avaliar as operações, Guedes terá de contar com o apoio de Bolsonaro para superar as resistências de seus pares. Ele aposta que Bolsonaro, cuja história é marcada por posições intervencionistas e estatizantes, converteu-se de fato à sua cartilha liberal, como tem dito desde a campanha, e irá “bancar” o ambicioso programa de privatização que pretende implementar, apesar dos sinais contraditórios que ele mostra de tempos em tempos. Não vai demorar para se saber o desfecho da história.



NA WEB
Painel interativo com a avaliação das privatizáveis

estadao.com.br/e/privatiza

Concessões

| | AEROPORTOS | FERROVIAS | PORTOS | ENERGIA | TOTAL | | | | | |
|--|---|---|----------------------------|---------------------------|---|---|---|---|--------------|-------------|
| ATIVO | Recife (PE) Maceió (AL) João Pessoa (PB) Aracaju (SE) Juazeiro do Norte (CE) Campina Grande (PB) | Várzea Grande (MT) Sinop (MT) Rondonópolis (MT) Alta-Floresta (MT) | Vitória (ES) Macaé (RJ) | Ferrovias Norte Sul (FNS) | Terminal de combustíveis do Porto de Vitória (ES) TGL Capuaba | Terminal de combustíveis do Porto de Belém (PA) BEL02A, 02B, 04, 08, 09 | Terminal de combustível no Porto de Vila do Conde (PA) VDC 12 | Leilão de geração de energia renovável A4 | | |
| DATA DO LEILÃO | 15/3 | 15/3 | 15/3 | 28/3 | 22/3 | 22/3 | 5/4 | 5/4 | 28/6 | |
| VALOR DE OUTORGA (REAIS) | 1,9 bilhão | 40 milhões | 437 milhões | 2,7 bilhões | 165 milhões | 54,5 milhões | 267,32 milhões | 180,5 milhões | NÃO DEFINIDO | 5,7 bilhões |
| VALOR DE OUTORGA (US\$ MILHÕES) ¹ | 500 | 10,5 | 114,4 | 690 | 42,3 | 14 | 69,1 | 46,6 | NÃO DEFINIDO | 1,5 bilhão |
| INVESTIMENTOS (REAIS) | 2,15 bilhões | 771 milhões | 592 milhões | 2,7 bilhões | 128 milhões | 71 milhões | 305,8 milhões | 126 milhões | 1,9 bilhões | 8,7 bilhões |

¹ CONVERSÃO PARA O DÓLAR PELA TAXA DE CÂMBIO DO DIA DO LEILÃO DE CONCESSÃO

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

em janeiro. Fazem parte da lista, a operação de abertura de capital (IPO) da Caixa Seguridade, com arrecadação estimada em até R\$ 14,7 bilhões; a oferta secundária de ações (follow-on) da BR Distribuidora, com potencial de receita de R\$ 9,3 bilhões; e a venda da Liquigás, que pode render outros R\$ 2,8 bilhões, além das concessões de terminais portuários em Paranaguá (PR) e Santos (SP) e das rodovias BR-364/365

(Jataí/GO-Uberlândia-MG). Não é à toa que o secretário Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercado, Salim Mattar, já está falando que o governo poderá superar a meta, ao obter uma receita total de US\$ 25 bilhões a US\$ 30 bilhões neste ano. Se a arrecadação bater no teto estimado por Mattar, o resultado chegará a 1/4 dos ganhos possíveis com a desestatização até 2022 – e aí, sim, o governo

poderá até comemorar o resultado. Ainda mais se levarmos em conta que alcançará tal desempenho em meio às dificuldades naturais de qualquer administração no primeiro ano de gestão. O grande negócio do período, porém, que nem entrou no cálculo dos US\$ 20 bilhões, será a cessão onerosa de quatro áreas do pré-sal, na Bacia de Santos. Com valor mínimo de outorga fixado em R\$ 106,5 bilhões (US\$

28 bilhões) e leilão marcado para 6 de novembro, parte dos recursos levantados pelo governo deverá ser compartilhada com Estados e municípios. Apesar dos bons presságios, deve-se assinalar que, para garantir um resultado positivo em 2019, em meio à resistência de ministros à privatização ou extinção de empresas em suas áreas de influência, Guedes está contando, em boa medida, com

negócios fechados principalmente pela Caixa e pelo Banco do Brasil, ligados ao seu ministério, e pelo amigo Roberto Castello Branco, presidente da Petrobrás, que está realizando operações de desinvestimento em ritmo acelerado. A Caixa obteve R\$ 2,5 bilhões com a venda de uma participação de 8,9% na resseguradora IRB Brasil RE e mais R\$ 7,3 bilhão com a negociação de uma

fatia de 2,3% na Petrobrás. O Banco do Brasil amealhou R\$ 1,8 bilhão com a venda de uma participação de 9,3% na Neoen Energia. Já a Petrobrás contribuiu com uma receita de R\$ 33,1 bilhões ao se desfazer da TAG e com mais R\$ 2 bilhões com a venda da refinaria de Pasadena (EUA) e R\$ 1,6 bilhão com a negociação de sua participação em distribuidoras de combustíveis no Paraguai. / J.F.